
DO ESCAMBO PARA A SOBREVIVÊNCIA À ACUMULAÇÃO CAPITALISTA: A TRAJETÓRIA ECONÔMICA DE GOIÁS ENTRE OS SÉCULOS XVIII E XXI

FROM BARTER TO SURVIVAL TO CAPITALIST ACCUMULATION: THE ECONOMIC TRAJECTORY OF GOIÁS BETWEEN THE EIGHTEENTH AND TWENTY-FIRST CENTURIES

Romero Ribeiro Barbosa¹
Rozângela Aparecida de Oliveira²

RESUMO: O intuito primordial deste trabalho é abrir um diálogo acerca da história do estado de Goiás, considerando postulados econômicos a partir de sua apropriação no início sua efetiva colonização, tangenciada pela captura e exploração aurífera no leito de seus rios (século XVIII). Após esse momento da “hierarquia do ouro”, o que irá se estabelecer no estado – distante geograficamente dos grandes centros consumidores brasileiros e pouco povoado - é uma economia agrícola e pecuária de subsistência e de troca (uma espécie de ‘escambo sertanejo’). Plantar e criar para comer e não morrer de fome. A partir dos séculos XX e XXI o estado se robustece, e o modelo refratário das premissas agrícola e pecuária inaugura uma identidade, se notabiliza e corporifica na inserção do estado na globalização econômica regional, nacional e internacional, por meio de novas tecnologias de produção, produtividade e transporte. Todas estas transformações por que passaram Goiás e seus aspectos econômicos mudaram significativamente sua trajetória histórica. É passível de observar e comparar dois estados em um: um Goiás de “ontem” e um novo Goiás de “hoje”

Palavras-chave: Goiás. Agricultura e pecuária. Globalização.

ABSTRACT: The main purpose of this work is to open a dialogue about the history of the state of Goiás, considering economic postulates from its appropriation at the outset its actual colonization, tangenciady by the capture and gold exploration in the bed of its rivers (eighteenth century). After this moment of the “gold hierarchy”, which will establish itself in the state - distant geographically of the large Brazilian consumer centers and sparsely populated - is an agricultural economy and livestock subsistence and exchange (a kind of ‘sertanejo barter’). Plant and breed to eat and not starve. From the 20th and 21st centuries,

1 Mestre em Geografia pela Universidade federal de Goiás (UFG). Professor de Geografia e História da Universidade Estadual de Goiás – UEG E-mail: sjlromeroribeiro@yahoo.com.br.

2 Mestranda em Ciências Sociais e Humanidades pela UEG. Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) - Universidade Estadual de Goiás (UEG). E-mail: rozi.geo@hotmail.com.

Artigo recebido em maio de 2019 e aceito para publicação em junho de 2019.

the state strengthens, and the refractory model of the agricultural and livestock premises inaugurates an identity, is characterized and embodied in the insertion of the state in regional, national and international economic globalization, through new technologies of production, productivity and transportation. All these transformations that Goiás and its economic aspects have undergone have changed significantly its historical trajectory. It is possible to observe and compare two states in one: a Goiás of “yesterday” and a new Goiás of “today”.

Keywords: Goiás. Agriculture and livestock. Globalization.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A proposta deste trabalho é estabelecer um diálogo acerca da história econômica do estado de Goiás, criando parâmetros identitários – não somente econômicos como também representações culturais – que notabilizaram o estado o seu jeito de ser e no âmbito da economia nacional, tangenciado pelos aspectos da globalização (BARBOSA; BARBOSA, 2015).

Nesse sentido, entendemos que a exploração aurífera, que inaugura a apropriação do estado, não é evidenciada por uma crise na sua procura, e, sim, nas suas formas de captura, muitas vezes rudimentares, que irá decretar sua transição econômica para outro modelo econômico sustentado pela agropecuária.

Ainda assim, consideramos que, juntamente com a fazenda goiana, e sua vida cotidiana, outros fatores foram de fundamental importância na estruturação da cultura goiana. Assim, a condição de isolamento ou periferia – em relação aos grandes centros regionais como São Paulo e Rio de Janeiro - não foram obstáculos que impediram o crescimento social, cultural e econômico do estado de Goiás.

Todavia, não se pode negar a importância daquela região nacional, notadamente os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, enquanto principais consumidoras dos produtos primários que saíam de Goiás e ganhavam destaque nacional.

Por conta desta necessidade consumista, naqueles estados com maior poder de consumo – como também em destaque nacional e internacional -, urge a necessidade de investimento em infraestrutura de transportes e comunicação que irá possibilitar o intercâmbio do que era produzido em Goiás para com aquelas regiões.

Um, dentre os principais mecanismos de escoação da produção de Goiás, foi a criação da Estrada de Ferro Mogiana, ligando o Triângulo Mineiro a Goiás, e a principal atividade econômica goiana, respaldada na agricultura e pecuária começa a ganhar destaque e, sobretudo, começa a arregimentar novas modalidades de transportes – após a chegada dos trilhos e dos veículos motorizados – que irão inserir Goiás no contexto nacional.

Assim, conforme comenta Borges (2000), o estado de Goiás, bem como a região Centro-oeste é uma criação do Sudeste e, nesse sentido, pode ser considerado como uma “reserva de acumulação primitiva” para a expansão do sistema capitalista.

E a fazenda goiana passaria a ter sua fundamental importância na transição econômica da mineração com a agropecuária, e também funcionalidades rurais – ligados diretamente ou não – para a constituição de um Goiás moderno, inserido na globalização.

1 A CAPTURA DO OURO EM GOIÁS: SUCESSOS E RETROCESSOS ECONÔMICOS

Ao se descobrir o ouro no Brasil nos últimos anos do século XVII, este produto passou a ocupar, logo de início, o primeiro lugar nas expectativas econômicas da metrópole portuguesa, mas também da população existente no território brasileiro.

Esses interesses eram justificados à mentalidade mercantilista que se apropriara das terras colônias desde as primeiras extrações do pau-brasil no início do processo colonial. Todavia, o ouro, por muito tempo, proporcionava aos seus detentores riqueza por meio de sua apropriação. (PALACÍN, 1994). E ainda, segundo Eliézer Oliveira (2011, p. 611), “a cor e o brilho do ouro lembram o sol, considerado uma divindade em quase todas as culturas antigas”.

Por conta disso, foi instituída no Brasil uma base hierárquica voltada à extração do ouro: os locais de minas deviam, conforme a determinação oriunda da metrópole, dedicar-se exclusivamente à produção de ouro, sem desviar esforços na produção ou comercialização de outros bens, aptos para serem importados.

As minas passaram a ser, assim, uma espécie de colônia da colônia: um território dependente economicamente dos produtos e dos comerciantes da Bahia, do Rio de Janeiro e de São Paulo. No entendimento de Palacín (1994, p. 16):

As capitanias de minas foram, durante o século XVIII, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Era interesse do governo – segundo a mentalidade mercantilista de especialização para a exportação – concentrar todo esforço na produção do ouro; com essa finalidade, proibia ou dificultava outros ramos da produção. Poderíamos citar, como exemplo, a proibição de engenhos de açúcar em Goiás.

Isso explica o pouco interesse no crescimento econômico com base lavoura e na pecuária no estado de Goiás durante mais de meio século de ocupação e colonização daquele estado. Havia, portanto, todos os esforços de investimento econômico e também humano na mão de obra escrava voltada à prática mineratória.

Na observação de Estevam (1998), o território, até então, era ocupado unicamente por indígenas (*goyases*) e quase desconhecido, entrou para a história como as Minas dos *Goyases*.

No Brasil, na época do ouro, a figura mais respeitável para a geração de recursos junto a metrópole respaldava-se na valorização do mineiro.

Aqui, em Goiás, também, essa mentalidade traduziu-se na supervalorização do “mineiro” e na pouca estima das outras profissões, especialmente a do roceiro. “Ser mineiro era a profissão mais honrosa, significava o mais alto status social. Todos queriam ser mineiro, e ninguém queria ser chamado de roceiro, profissão desprezada”, comenta Palacín (1994, p. 17).

Um ato deve ser levado em conta na história econômica do Brasil Colônia: o pau-brasil e a monocultura da cana-de-açúcar atendiam, somente, as áreas litorâneas ou próximas a elas. Nesse sentido, a produção de ouro foi uma das grandes causas motivadoras de expansão territorial brasileira e, por consequência, do interior brasileiro.

E o estado de Goiás se beneficiara desse processo de ‘costura’ do Brasil por dentro, ao proporcionar uma onda migratória por mais de meio século. Vieram povos de várias partes do território brasileiro e também europeu, cobiçados pela captura do metal precioso.

É importante acrescentar que as dificuldades na obtenção do ouro no Brasil, bem como em Goiás, não era uma tarefa tão simples assim. Houve, inicialmente, dois tipos de jazidas que poderiam extrair o metal precioso. As primeiras foram as jazidas sedimentares do ouro de aluvião; a segunda caracterizava-se pela busca do ouro em formações rochosas com veios auríferos na pedra.

As jazidas sedimentares caracterizavam-se ao que se chamava de “mineração de cascalho”. Nesse tipo de mineração, o ouro, conduzido pelas chuvas, se misturaria com o cascalho, no leito dos córregos e rios. A missão do minerador era retirar o cascalho e peneira-lo para que o metal precioso, com maior densidade que a areia, ficasse concentrado no fundo da bateia (instrumento que se assemelha a uma peneira, porém, com o fundo afunilado e muito comum entre os mineiros, como a ‘principal’ ferramenta de trabalho). Para a obtenção de um bom resultado na produção aurífera, era necessário trazer água de longe, às vezes de léguas distante do local da

exploração, pois, sem uma corrente hídrica, era impossível a operacionalização de lavagem e retirada. Esse modelo de exploração, muito mais simples e rudimentar, foi praticamente a única que prevaleceu em Goiás, em seus tempos áureos da captura do ouro.

Para muitos interlocutores da literatura goiana, esse tipo de exploração foi a forma mais apropriada e, sobretudo incipiente, por nunca ter exigido a contratação de um profissional com experiência em geologia ou mesmo em mineração.

O outro tipo de exploração, a ‘mineração de morro’, como era conhecida por utilizar a rocha primitiva, era considerada uma tarefa bastante difícil e também muito cara. Conforme Palacín (1994, p. 18), “praticava-se de duas formas: ou por meio de túneis e galerias – mineração de mina – ou cortando a montanha perpendicularmente – talho aberto. O talho aberto, sobretudo, requeria um grande investimento”. Investimento esse, que todos os mineiros vieram capacitados para tal empreitada.

Muitos dos mineiros vieram nutridos por um sonho: enriquecer e retornar aos seus locais de origem seja na região sudeste do Brasil, ou mesmo na Europa. Por conta dessas ações, muitas vezes não planejadas, a maioria dos mineiros foi considerada como “aventureiros”, mesmo porque, a sua investidura por estas terras, distante do litoral, era considerada uma modalidade bastante arriscada. Risco de toda a natureza, desde a chegada ao território goiano, prenhe de animais selvagens (onças) e peçonhentos e ‘traíçoeiros’ (cobras e sucuris).

Diante de toda essa penúria para se conseguir o ouro nas terras goianas, uma inquietação se faz notória: é possível quantificar a produção de ouro nas minas de Goiás, durante o período da mineração?

Dessa indagação surge outra: quais motivos levaram á estagnação econômica condicionada ao referido metal precioso?

2 E AGORA ‘JOSÉ’? ...A ‘FESTA’ DO OURO ACABOU, A ECONOMIA ESTAGNOU, MAS O POVO PERMANECEU!

O José que fizemos alusão acima se trata de um poema de Carlos Drummond de Andrade (1942), publicado como o mesmo nome: *josé*. Nele, o José (personagem) encontra-se num momento de extrema tristeza e uma visão bastante pessimista do cotidiano, mas também para com o futuro. A essência do poema é a solidão do homem que se sente impossibilitado de agir diante de tantos fracassos e suas esperanças frustraram-se.

Se fizermos uma comparação com o que ocorreu em Goiás com o fim do período mineratório, o poema nos traz uma semelhança com o que aconteceu como o mineiro quando as lavras de ouro – e a técnica de garimpagem – parecem estar esgotadas a partir da segunda metade do século XVIII.

Entretanto, a tristeza do ‘José’, aludido aqui nessa abertura, como minerador – ou proprietário das lavras – veio após um período em que a extração de ouro em Goiás repercutiu em nos lucros, ainda que não há na literatura regional dados comprobatórios da quantidade exata de ouro produzido no território goiano colonizado.

Não é uma tarefa fácil quantificar a produção de ouro em Goiás, durante os séculos XVII e XIV, uma vez que o contrabando era volumoso e também, as técnicas empregadas para a captura do ouro eram demasiadamente (se comparado às técnicas disponíveis hoje) rudimentares. Palacín (1994, p. 20), nos direciona a outra estatística que corrobora com as dificuldades em apurar o montante de ouro retirado dos rios e córregos goianos.

Segundo aquele autor, “não se conservam registros das lavras, nem de sua produção [...] mas, suprindo os anos que faltam pelos dados conhecidos, podemos afirmar que o quinto, nos 100 anos que vão até a independência, subiu aproximadamente a 20.000kg, sendo, portanto, a produção declarada de 100.000 Kg.”

A produção de ouro em Goiás foi subindo de modo gradativo desde o descobrimento das primeiras minas até o ano de 1753, ano mais elevado, com uma produção estimada de 3.000Kg. Após esse período começou a decair lentamente até 1778, resultando num total de 1.000Kg., em decorrência das formas de extração existente na época. Depois de 1750, muito embora os preços já começassem a diminuir, o rendimento do escravo tinha decaído e a mineração podia ser já um empreendimento bastante arriscado.

Mesmo por que, continuava a importação de escravo, mas, se o dono não administrasse corretamente, não podendo pagar os prazos e os juros da compra dos escravos, seus bens seriam penhorados e, mais tarde, leiloados. E isso era o que acontecia de um modo muito frequente.

A partir do ano de 1775, o rendimento era tão baixo que não era suficiente para custear a importação de novos escravos para o trabalho nas minas auríferas. A mineração, conforme constatação de Barbosa (2003) deixava de ser um bom negócio – ou mesmo um investimento aventureiro. Tanto é que, entre os anos de 1798 e 1800, um indivíduo trabalhando na lida diária na lavoura produzia, em Goiás, aproximadamente 40.000 réis contabilizados no decorrer do ano. Já na preparação do solo, na plantação e cultivo da cana de açúcar, 70.000 e na mineração esse valor reduzia ainda mais, caindo para apenas 30.000. Sem contar que havia regiões específicas para a retirada do ouro, o que também pode ter contribuído para decretar a sua exaustão (mas falaremos sobre isso mais abaixo).

Luís Estevam (1998) acrescenta que a maior concentração aurífera esteve localizada em torno dos Pireneus (região da cidade de Pirenópolis) e da Serra Dourada (região da Cidade de Goiás), ambas na área central do território goiano onde foram erguidos os povoados mais consistentes.

Por estas vias interpretativas é possível compreender que, a mineração, seguindo as orientações de Palacín (1994, p. 22), tornou-se “um negócio próspero até 1750, um empreendimento arriscado, mas ainda rendoso entre 1750 e 1770, um negócio ruinoso depois desta data”. Mesmo obtendo um resultado muito inferior, se comparado aos do início da colonização e exploração, é permissível estabelecer um diálogo que esclareça os destinos do ouro extraído no Brasil e também em Goiás.

Palacín (1994) destaca que pouco deste ouro ficou no Brasil, quase nada ficou em Goiás. De acordo com aquele autor, em virtude do pacto colonial, firmado entre metrópole e colônia, os produtos do Brasil eram transportados para Portugal, que os vendia para outros países europeus.

Nessa ‘troca’, Portugal enviava para o Brasil homens, administradores, exércitos e produtos manufaturados. Ainda assim, o fato de não ficar aqui não significa que não contribuisse para o progresso do País. O século XVIII, considerado por muitos estudiosos como ‘o século do ouro’, foi o período histórico que promoveu uma grande expansão territorial do espaço brasileiro.

O Brasil, que antes da exploração aurífera estava limitado a uma pequena faixa no litoral do oceano atlântico, ocupou grandes espaços que formam hoje as suas fronteiras que interligam e complementam a composição geográfica regional: sul, sudeste, norte, nordeste e centro-oeste. Foi o ouro, em grande parte, que credenciou e permitiu, em grande parte, a realização desta expansão.

Dito de outra forma, a mineração, com todos os seus percalços administrativos e oscilações econômicas, tanto no Brasil como em Goiás, que possibilitou a criação de outras identidades regionais – a exemplo de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, regiões mineradoras que mobilizaram grandes contingentes populacionais em direção ao interior - que sedimentaram a construção do Brasil e, sobretudo a identidade do povo brasileiro.

Por outro lado, não podemos deixar de citar a importância da mobilidade populacional para o estado de Goiás no período mineratório. Além dos antigos índios, havia naquele

território mais de 50.000 moradores. Por conta deste fluxo demográfico, outros fatores são compósitos deste quadro: construção de cidades, estradas e caminhos, fazendas em produção. Nesse sentido, podemos entender que, o responsável por tudo isso foi o ouro, claro, o que restou para o estado de Goiás da época do ouro. Então: a mineração, enquanto atividade econômica em Goiás na época da colonização foi algo positivo para entender a formação espacial, econômica e cultural daquele território? Ou não?

Falando de outra maneira, como poderíamos pensar o Estado de Goiás, a sua economia, a sua identidade econômica regional, sem regressar nos passos endógenos de sua efetiva colonização - iniciada com a mineração -, mesmo que exploratória e dual?

Retornamos a Estevam (1998), que nos dá fomento teórico para sedimentar os elementos que justificam o retrocesso na produção aurífera em Goiás. Para aquele autor, a produção por escravo teria de manter-se a níveis suportáveis para a garantia da rentabilidade e mesmo a sobrevivência do empreendimento.

Nos primeiros vinte e cinco anos de mineração estiveram acima da média; nos setenta anos restantes, a produção de ouro por escravo-ano na capitania foi bastante incipiente.

As lavras (locais onde se encontrava o ouro) operavam a custos cada vez mais elevados, ainda mais pelo fato de parte da escravaria estar voltada também para atividades complementares.

Por conta disso, o adiamento de capital em escravos, a vida curta deles aliada à baixa produtividade nas minas fatalmente conduziram o empreendimento à insolência e falência. Se alguns tiveram mineiros ganhos substanciais – que permitiram sua sobrevivência durante longo tempo – tiveram custos e gastos consideráveis se se considerar os altos impostos e o dispêndio com mercadorias importadas.

Também, ao lado do alto custo para com os escravos, o mineiro padecia do preço dos instrumentos de trabalho.

O ferro, por exemplo, custava 3\$800 em Portugal, em Minas Gerais subia a 19\$200 e em Goiás alcançava 28\$800 o quintal. Na verdade, em toda a colônia houve brutal encarecimento da vida.

Porém, o negócio aurífero em crise e a população crescendo apontam que a lavoura e a pecuária forneciam possibilidade de exploração não somente complementar, mas de pura sobrevivência em Goiás. Tais evidências sugerem que o aumento da população em Goiás, em plena diminuição da atividade aurífera, obteve na exploração agropecuária uma atividade de sustentação.

Então, voltemos a Carlos Drummond de Andrade e seu personagem José, para fazermos uma conexão entre o fim da mineração e o início da agropecuária, suporte econômico após o ciclo minerador, e que criou a identidade do estado de Goiás. Apesar da solidão diante da situação, o personagem aguarda a vida de novo dia que possa redundar em novas oportunidades.

Muitos dos ‘José’ mineradores permaneceram no território, ansiando por novas atividades das quais pudessem sobreviver. Assim, a sua permanência iria propiciar um novo capítulo na história econômica de Goiás que o identifica: o universo sertanejo do qual a fazenda goiana é enraizadora.

3 PRODUÇÃO DA VIDA E DAS IDENTIDADES ECONÔMICAS ATUAIS: A FAZENDA GOIANA

Segundo Borges (2012) a fazenda goiana é entendida como a organização espacial, que particulariza a estrutura socioeconômica de Goiás entre o final do século XVIII e início do XX. Esta periodização se deve as conjunturas política e socioeconômica que interligavam Goiás e o Brasil da época.

No final do século XVIII ocorre à crise da mineração – como já destacamos acima - e a fazenda goiana, passa a ter papel principal na economia do estado; o que se arrasta até o século XX, quando dá início ao projeto modernizador do território brasileiro.

Nesse aspecto, tudo nos leva a compreender que com as fragilidades do processo de mineração – lembrando-se das dúvidas do personagem José de Carlos Drummond de Andrade para com o que fazer a partir daquele momento – uma boa parte dos migrantes vai permanecer no território e estabelecer um ‘novo’ processo de produção econômica, fazendo uso a partir da posse da terra e da plantação e da criação de animais: a agricultura e a pecuária.

Tudo nos leva a crer que a posse da terra em Goiás tenha sido estimulada pelas fragilidades nas leis, pois, conforme Castro et al. (2004, p. 75) “a posse foi possível por uma brecha na legislação das sesmarias, pois, entre 1822 e 1850, o Brasil ficou sem uma legislação sobre as terras, o que facilitou esse processo”.

Por conta disso, o governo instituiu, em 1850, a Lei de Terras, com vistas a regular o acesso às terras e evitar a posse. Entretanto, a constituição de 1891 estabeleceu que as terras públicas passariam a ser propriedade dos estados onde tivessem situadas e, assim, apropriadas pelos “coronéis”, que elegiam os deputados, senadores e governadores.

No estado de Goiás não foi diferente. Surge, a partir daí um acesso a posse da terra de maneira bastante clara: a terra não estava disponível para qualquer um. Lentamente a apropriação e ocupação do território, pelas vias da ruralidade, iriam, posteriormente, retirar o estado de Goiás de um isolamento geográfico regional.

Insistimos em defender aqui a ideia de isolamento geográfico em relação a região sudeste do País, em função dos poucos instrumentos de transporte daquela época no estado. Mas isso não quer dizer que, conforme têm analisado outros autores, acerca da história e da economia do território, que Goiás, após a mineração, se incutiu num vazio demográfico. Pouca gente sim, vazio demográfico nem tanto.

É que o modo de extração do ouro tinha uma relação direta com o uso dos córregos e dos rios, e a apropriação da terra, voltada para outro modelo econômico é que vai direcionar os rumos produtivos do povo sertanejo.

Segundo Oliveira (2006), a posse da terra neste contexto representava a possibilidade de sustento, manutenção e continuidade da família remanescente da extração aurífera. Ainda que, conforme aquele autor, a exploração para fins lucrativos, encontrava-se ainda muito restrita a algumas famílias, durante o século XIX, localizadas na região que corresponde atualmente ao sul de Goiás.

Assim, posse da terra e de escravos passa a significar não apenas a estruturação da economia goiana, restrita a alguns proprietários, mas também a simbologia do poder que colocava em destaque a origem da família detentora.

Oliveira (2006, p. 78), aponta alguns fatores que podem ter contribuído para a valorização das terras no quartel do século XIX. Dentre as pluralidades daqueles fatores estão a construção da estrada do sul ou de São Paulo em 1870, que acabou contribuindo significativamente para o crescimento do fluxo migratório para o sul do estado de Goiás. Conforme análise daquele autor:

“o crescimento do comércio de terras deve ter provocado uma relativa valorização em Goiás, principalmente, na região sul e sudeste que eram regiões mais próximas aos terminais da estrada de Ferro Mogiana, onde se verificou um maior número de transações fundiárias entre os anos de 1850 a 1910 [...] as expectativas trazidas pela chegada da estrada de ferro no Triângulo mineiro e a possibilidade dos trilhos chegarem a Goiás, possivelmente contribuíram para estimular o aumento de investimentos na infraestrutura das fazendas”.

A importância da estrada de ferro para o desenvolvimento da fazenda goiana também é observada por Barsanufio Gomides Borges (2000, p. 35). Segundo este autor “a estrada de Ferro Goiás foi a primeira via de transporte moderna a reduzir tempo e espaço entre o território goiano e os mercados do Sudeste. A ferrovia despertou o Estado de Goiás do isolamento que se encontrava há séculos e possibilitou a inserção da economia regional na dinâmica capitalista”.

Desse modo, a ferrovia tornou-se o principal meio de escoamento dos bens primários produzidos nas fazendas de Goiás, mas também a importação de bens manufaturados, ideias e valores culturais – como no caso da migração para o estado de Goiás – da sociedade moderna, sobretudo oriundos da região sudeste do País.

Como afirmou Borges noutro momento (1990), a ferrovia, suas funções e vibrações dos seus sons ‘despertou’ os dormentes em Goiás.

É importante ressaltar que os carros de bois – antes mesmo da chegada da estrada de ferro em Goiás, carregavam boa parte da produção, e também no transporte de pessoas por todo o estado Barbosa (2014).

Entretanto, com a construção da estrada de ferro, sua extraordinária funcionalidade, pois foi através da sua circulação que começou a ocorrer uma articulação entre produção e transporte. Assim, os carros de bois passaram conduzir pessoas e produtos primários até as estações ferroviárias – uma espécie de entreposto comercial - e dali para outras regiões do Brasil, a exemplo do sudeste.

Nesse sentido, comenta Borges (2000, p. 54), “o trem-de-ferro e o carro de bois, bem como as tropas de burros, formavam um sistema modal de transporte responsável pela circulação de mercadorias e pelo incremento das transações comerciais no estado”.

E também, conforme analisa o mesmo autor, as estações ferroviárias tornaram-se área de lazer, de encontros amorosos e de debates culturais e políticos, bem como praças de negócios que movimentavam o comércio de boa parte do Estado, sobretudo daquilo que era produzido nas fazendas goianas. Tudo.

Mas as fazendas goianas não surgem apenas como processo mediador e transitório que sucumbiu a mineração. Ela – a fazenda – potencializa outras funções no cerne de seu cotidiano rural consistindo num ordenamento estrutural, marcado pela auto-sustentabilidade e diversidade produtiva, pelo patriarcalismo, pelo tempo lento, pela troca simples, pelo coronelismo, pelo cristianismo, pela subordinação dos núcleos urbanos ao rural, dentre outros.

O final do século XIX coincidiu com a Proclamação da República em 1889. Antes disso, em 1891, com a Assembleia Constituinte, encerrara o fim do Estado escravista moderno e edificaram o Estado Burguês no Brasil. O direito burguês transformava todos os homens iguais perante a lei, lançando as bases para que a exploração do trabalho fosse feita mediante um contrato de negociação entre capital e trabalho no mercado (BORGES, 1990).

No caso da economia goiana, já estruturada nas bases produtivas da fazenda, insere-se na economia nacional por meio das exportações de gado e de produtos agrícolas, feitas pelo Triângulo Mineiro, abonado pela sua posição geográfica privilegiada, pois servia de junção entre os estados de Mato Grosso, Goiás e São Paulo.

Com a expansão da cafeicultura em São Paulo, os trilhos de ferro (Mogiana) chegaram ao Triângulo Mineiro. Isso criou possibilidades da exploração agrícola e pecuária no seu entorno (CASTRO et al., 2004).

A população de Goiás nessas primeiras décadas do século era predominantemente rural. Com uma população pouco significativa, as cidades estavam dispersas pela dimensão do território goiano.

Junto com os trilhos da estrada de ferro no estado de Goiás chegaram os veículos motorizados, e o transporte rodoviário patrocinado pela iniciativa privada, permanecendo assim

até por volta da década de 1930. Já o período de 1930 a 1960 correspondeu à fase de desagregação do complexo latifúndio-minifúndio na agricultura do Sudeste e Sul, à sua persistência nas demais regiões brasileiras e à recriação da agricultura tradicional nas áreas de fronteiras.

Nesse sentido, a expansão da fronteira agrícola em Goiás ocorreu em consonância com as transformações estruturais na economia do Sudeste do País (BORGES, 2000). Todavia, o desenvolvimento da agricultura, juntamente com a expansão das fazendas de gado foi responsável pela ocupação de grandes áreas de terra, especialmente nas áreas de cerrado.

Com o crescimento urbano-industrial brasileiro – e, de um modo mais específico, na região sudeste do País – o espaço agropecuário goiano passa a ser o condutor da economia regional. O meio urbano em Goiás, na atualidade, normatiza a produção agropecuária e a tornou o tutor do crescimento e controle do capitalismo acumulativo no final do século XX.

Notadamente, o estado de Goiás incrementou outras atividades econômicas, tais como o turismo ecológico, termal, cultural, de negócios dentre outros que são somatórios na construção econômica do cenário goiano.

Todavia, em tempos de globalização mundial, a sustentabilidade econômica de maior peso e que credencia o estado no âmbito nacional, ainda está diretamente associada à agropecuária. Nesse sentido, a fazenda goiana – e não somente pela própria natureza econômica, como já destacamos - e suas múltiplas funcionalidades, representam, hoje, a ‘salvação’ da ‘lavoura econômica’ do território. E agora José? a agropecuária chegou, o povo remanescente persistiu e a economia prosperou!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que a economia goiana, após o período da mineração, tornou-se essencialmente agrária. O isolamento geográfico de outros períodos de sua história, muito em função da escassez de transporte e comunicação, dificultou o desenvolvimento de práticas mercantis de Goiás com outros estados nacionais.

A atividade da pecuária foi uma exceção a partir daqueles tempos: a produção bovina manteve-se organizada e inserida no mercado e o gado de corte era exportado pra outros mercados, a exemplo do Centro-Sul e norte-Nordeste, como acredita Borges (2000). Logo em seguida - mas junto com o processo criatório de bois – vieram as plantações de subsistência (mandioca, feijão, abóboras e outros), a criação de porcos, de galinhas dentre outros, que ajudaram a prosperar a vida da fazenda goiana.

Se a atividade mineratória se constituiu numa função lucrativa e, sobretudo temporária, a agropecuária, por sua vez, criou vínculos de apropriação para com o território goiano. E ainda: estabeleceu uma teia de representações sociais, culturais, identitárias e econômicas com o jeito de pertencer dos goianos e da goianidade.

Também: o estado de Goiás, bem como a região Centro-Oeste do país, se constitui numa, no que se refere ao setor agrário, reserva de acumulação primitiva para a expansão do sistema capitalista moderno, já que sua atividade industrial é inexpressiva e cresce em função da renda gerada pelas atividades ligadas às atividades agropecuárias.

Esta é a força de um “Goiás profundo” numa leitura espacial e econômica do estado goiano, a partir de sua inserção no mundo de economia e cultura globalizada, na visão de Chaveiro (2005).

Totalmente ‘profundo’ em relação ao seu salto econômico que espargiu do escambo (troca) praticado por uma população rarefeita, num território isolado do século XVIII a uma trajetória na globalização muito presente no século XXI.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, C. D. de. **José**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio: Companhia de Letras, 1942.
- BARBOSA, R. R. Território goiano: das primeiras incursões colonizadoras às potencialidades turísticas atuais. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS-AGB, 10. 2003, Goiás. **Anais [...]**. Goiás/GO, 2003.
- BARBOSA, R. R. Tempos e movimentos: breves digressões culturais dos carros de bois no território goiano. **Revista Ciência Geográfica**, Bauru/SP, v. 25, 2014.
- BARBOSA, R. R.; BARBOSA, J. C. A responsabilidade social da ciência: um olhar geográfico. **Revista Ciência Geográfica**, Bauru/SP, v. 19, n. 1, jan./dez., 2015.
- BORGES, J. C. P. **A fazenda goiana: matriz espacial do território e do mundo sertanejo de Goiás**. 2012. Tese (Doutorado). - Instituto de Estudos Socioambientais - IESA/UFG. Goiânia – GO, 2012.
- BORGES, B. G. **O despertar dos dormentes**. Goiânia: Cegraf / UFG, 1990.
- BORGES, B. G. **Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960**. Goiânia: Ed. UFG, 2000.
- CASTRO, J. A. et al. **O estado e a apropriação do território de Goiás**. O espaço goiano: abordagens geográficas. Goiânia: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2004.
- CHAVEIRO, E. F. Traços, linhas e matrizes para a compreensão de um Goiás profundo. In: _____. **A captura do território goiano e a sua múltipla dimensão socioespacial**. Goiânia: Editora Modelo, 2005.
- ESTEVAM, L. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. Goiânia: Editora Do Autor, 1998.
- OLIVEIRA, H. A. **A construção da riqueza no sul de Goiás: 1835-1910**. 2006. Tese (Doutorado em História). - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Franca – SP, 2006.
- OLIVEIRA, E. C. Vivendo sem um tostão furado!: O uso cotidiano do dinheiro em Goiás (1808 – 1848). **Revista de História Regional**. v. 16, n. 2, p. 602-629, 2011. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2393/2487>. Acesso em: 16 ago. 2018.